

Atos

ATO Nº 59, DE 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento nos artigos 17, § 1º, da Constituição do Estado, e 85 da XIV Consolidação do Regimento Interno, tendo em vista a vaga decorrente da morte, em 19 de julho de 2012, do Senhor Deputado ARY FOSSEN, declara que o Senhor WELSON GASPARINI passa a ser titular da vaga que ocupa atualmente de Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ficando definitivamente empossado até o término do presente mandato. Outrossim, considerando o afastamento do Senhor Deputado BRUNO COVAS para ocupar o cargo de Secretário de Estado do Meio Ambiente, CONVOCA, agora na condição de 1º Suplente da Coligação DEM/PSDB, o Senhor GERALDO ANTONIO VINHOLI, para tomar posse como Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ficando dispensado da apresentação dos documentos previstos no artigo 3º do Regimento Interno, por já tê-lo feito anteriormente. A cerimônia dar-se-á no dia 24 de julho de 2012, às 12 horas, no salão Nobre da Presidência, localizado no andar térreo do Palácio “9 de Julho”, sede do Poder Legislativo, situado à Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, bairro do Ibirapuera, São Paulo, Capital.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa, em 23 de julho de 2012

a) BARROS MUNHOZ - Presidente

Comissões

ATAS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e doze, às catorze horas e trinta minutos, no Auditório Deputado Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Nona Reunião Ordinária da Comissão de Educação e Cultura, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura, sob presidência do Deputado Simão Pedro. Presentes os Senhores Deputados Roberto Engler, João Paulo Rillo, Simão Pedro, Beto Tricoli, Edson Ferrarini, Carlos Giannazi, André do Prado (membros efetivos), a Senhora Deputada Telma de Souza e o Senhor Deputado Marcos Zerbini (membros substitutos). Presentes também, os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Cauê Macris e Geraldo Cruz. Ausentes a Senhora Deputada Leci Brandão e os Senhores Deputados Ary Fossen e Mauro Bragato. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, suspendendo-a por cinco minutos. Reabertos os trabalhos, a ata da reunião anterior foi aprovada, após ser dispensada da leitura. No início dos trabalhos o Senhor Presidente esclareceu sobre a obrigatoriedade da vinda do Senhor Secretário de Estado da Educação perante a Comissão, nos termos do artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo e apresentou a ordem de realização dos trabalhos. Assim, franqueou a palavra ao Senhor Professor Doutor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação do Estado de São Paulo, o qual fez sua explanação relatando a legislação recentemente aprovada para melhorias na área de cargos e salários na Secretaria da Educação do Estado. Destacou a política de valorização do “capital humano”, a proposta pedagógica, a gestão pedagógica e a reestruturação da carreira. O Senhor Presidente questionou-o sobre os problemas escolares da rede estadual, especialmente em relação ao Município de Itaquaquecetuba, onde realizou audiência pública na data de dezenove de abril de dois mil e doze para debater as dificuldades enfrentadas naquela região. Ao fazer uso da palavra, a Senhora Maria Izabel Noronha de Azevedo, Presidenta da APEOESP, fez seus questionamentos em relação à jornada do piso nacional, a qual se encontra “sub judice” no Estado de São Paulo, solicitou a elaboração de calendário para implantação da jornada, informou a necessidade reajuste salarial para “zerar” as perdas salariais. Solicitou a instituição do Fórum Estadual de Educação. Fez críticas à implantação impositivamente das escolas de tempo integral, à contratação de professores pela categoria “Ó”, com direitos trabalhistas reduzidos, à divisão das férias docentes em blocos e à retenção de aposentadorias. O Senhor Deputado Carlos Giannazi, criticou a contratação dos docentes pela chamada categoria “Ó” de acordo com a Lei 1.093/2009, que impõe quarentena para nova

contratação e a ação da base do Governo que impede a aprovação de projetos que beneficiem a classe do magistério, o autoritarismo na imposição das escolas de ensino integral, à falta de critérios para a percepção do adicional de local de exercício, à falta de funcionários nas Diretorias Regionais e Escolas Estaduais. Apresentou imagens gravadas da quadra deteriorada da escola “Neemias” localizada no Município de Itaquaquecetuba e solicitou a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Em sua resposta, o Senhor Secretário da Educação informou que o reforço no contraturno escolar apresentou pouco retorno dos alunos, e por isso, foi readequado para formar turmas de acordo com as necessidades de recuperação dos alunos. Falou que o Programa “Minha Casa Minha Vida” não prevê estrutura para atender escolas e há falta de terrenos para construção de novas unidades escolares. Destacou que há estudos pela Comissão Paritária para cumprimento da jornada do piso nacional, a qual proporcionará que o professor cumpra a jornada na unidade escolar onde desenvolverá sua carreira e para mudanças na concessão ao adicional de local de exercício. Enfatizou que há processo de informatização das Diretorias Regionais para agilização da contagem de tempo e rapidez na concessão de aposentadorias. O Senhor João Marcos, Presidente da AFUSE, destacou os baixos salários da categoria e as precárias condições das escolas estaduais. O Senhor Deputado Geraldo Cruz, ressaltou que os problemas atuais na Educação foram criados pela atual administração e que quarenta mil aulas estão sem atribuição para professores no Estado, prejudicando os estudantes. Questionou a falta de conservação e manutenção de escolas públicas e atual composição do Conselho Estadual de Educação. O Senhor Douglas Izzo, representante da CUT criticou a falta do cumprimento da jornada extraclasse a qual tem julgamento judicial favorável à APEOESP, a situação precária da Educação na região de Itaquaquecetuba, a exclusão de muitos professores quanto ao recebimento do auxílio-alimentação e ressaltou que o Conselho da Escola “Maria Aparecida Pereira”, em Poá, recusou a implantação da escola em tempo integral. O Senhor Deputado Roberto Engler destacou as iniciativas do Governo em valorizar as carreiras da Educação, ressaltando que a Comunidade deve ser bem recebida pela Direção da escola para haver multiplicação dos fiscais da preservação do patrimônio. O Senhor Fábio dos Santos, do Conselho Nacional dos Trabalhadores da Educação, criticou a necessidade de mais de um cargo para sobrevivência do professor, criticou a falta de valorização da carreira do magistério que gera a falta de professores. Solicitou a alteração da estrutura atual com o fim das provas de seleção e a reposição das faltas referentes ao movimento reivindicatório ocorrido recentemente. A Senhora Deputada Telma de Souza, manifestou-se dizendo que laborou no magistério paulista na categoria de Professor Admitido em Caráter Temporário e conhece as dificuldades da categoria, apresentou seu apoio aos servidores do IAMSPE e solicitou a valorização da carreira do magistério paulista e a reposição das perdas salariais. O Senhor Deputado João Paulo Rillo criticou a ação do Governo oposta ao planejamento do Senhor Secretário da Educação, destacou a importância da comunidade escolar a qual deverá decidir sobre os temas relacionados a cada unidade escolar. Observou que o Estado pode desapropriar imóveis para fins de construção de unidade escolar e ressaltou as graves denúncias apresentadas contra a Fundação para o Desenvolvimento da Educação. O Senhor Deputado Marcos Zerbini manifestou-se pela demanda do Parque Anhanguera e pelo atendimento das reivindicações das melhorias das condições materiais e salariais do magistério na busca por um futuro melhor. O Senhor Secretário Estadual de Educação manifestou-se quanto à reorganização do Conselho Estadual de Educação, respondeu que há um limite para pagamento do auxílio-alimentação. Informou que promoverá concurso público para ingresso de novos docentes e que há uma política para negociações anuais quanto às melhorias salariais da classe, num período de quatro anos. O Senhor Presidente enfatizou que a lei de responsabilidade fiscal estabelece o limite de cinquenta e um por cento para gastos com pessoal, assim, seria possível a recuperação das perdas salariais da categoria. A Senhora Loretania, Professora, fez uma reflexão sobre a história da Educação no Estado de São Paulo, enfatizando o atual desrespeito com a categoria, principalmente quanto à remuneração, consistente em apenas nove reais e vinte centavos por hora-aula. O Senhor Guido, representante do SINPE, solicitou a concretização de políticas direcionadas para o conjunto da rede de ensino do Estado, especialmente quanto à revisão do orçamento destinado à Educação, o que permitiria a motivação para melhorar a Educação no Estado. A Senhora Eliana, representante da CSP/Conlutas, ressaltou a insuficiência orçamentária para atender as demandas de educação, gerando o seu fracasso, criticou a redução de direitos para os docentes contratados pela categoria “Ó”, a política de privatização adotada desde outros Secretários Estaduais de Educação e solicitou a revisão das atuais políticas educacionais para que haja resul-

tados melhores para a Educação no Estado de São Paulo. O Senhor Chico Pole, representante da UDEMO, enfatizou a questão da Direção Escolar, a existência de mil e quarenta cargos vagos de Diretor de Escola no Estado, a insuficiência de salários e a falta de concursos públicos de ingresso. Fez a defesa da categoria em relação às críticas recebidas nas manifestações anteriores. O Senhor Secretário Estadual da Educação respondeu que não existem privatizações na rede estadual de ensino, está providenciando concursos públicos para professores e diretores de escola e está implementando em sua pasta a valorização dos profissionais quanto ao mérito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, após anunciar o cronograma dos eventos agendados pela Comissão, deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja transcrição fará parte integrante desta ata, que eu, Maurício Nespeca, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 14 de junho de dois mil e doze.

a) Deputado Simão Pedro - Presidente

a) Maurício Nespeca - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de março de dois mil e doze, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura, sob presidência do Deputado Adilson Rossi. Presentes os Senhores Deputados Fernando Capez, Pedro Tobias, Adriano Diogo, Marco Aurélio de Souza, Feliciano Filho, Olímpio Gomes, Adilson Rossi, Vinicius Camarinha, Jorge Caruso, Antonio Salim Curiati (membros efetivos). Ausente o Senhor Deputado André Soares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei nº 998/2007, de autoria do Deputado Fernando Capez, que Promove, “post mortem”, o Capitão PM Alberto Mendes Júnior a Tenente-Coronel PM. Foi relator o Deputado Vinicius Camarinha com voto favorável. O Deputado Marco Aurélio de Souza apresentou voto em separado, contrário. Concedida vista ao Deputado Adriano Diogo. Item 2 - Projeto de lei nº 407/2009, de autoria da Deputada Célia Leão, que Estabelece normas de segurança ao público espectador nas realizações dos eventos de shows musicais presenciais, eletrônicos e rodeios em locais abertos. Foi relator o Deputado Fernando Capez com voto favorável ao projeto e à emenda nº. 1 Concedida vista ao Deputado Adriano Diogo. Item 3 - Projeto de lei nº 802/2009, de autoria do Deputado Afonso Lobato, que Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos de uso coletivo que não tenham por natureza esta finalidade especifica. Foi relator o Deputado Antonio Salim Curiati com voto favorável ao projeto com a emenda apresentada pelo relator especial em substituição à ccjr e contrário à emenda nº. 1 O Deputado Pedro Tobias apresentou voto em separado, favorável ao projeto com a emenda apresentada pelo relator especial em substituição à ccjr, bem como à emenda nº 1.. Concedida vista conjunta ao Deputado Adriano Diogo e ao Deputado Olímpio Gomes. Item 9 - Projeto de lei nº 903/2009, de autoria do Deputado Olímpio Gomes, que Dá a denominação de “Tenente-Coronel PM Antonio Carlos de Souza” ao 3º Batalhão de Polícia Ambiental (3º BPAmb), em Guarujá. Parecer nº 490, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação. Foram relatores o Deputado Rafael Silva e o Deputado Gil Arantes com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela ccjr e com voto favorável ao projeto e contrário ao veto total. Deliberado conclusivamente nas comissões. Item 5 - Projeto de lei nº 692/2010, de autoria do Deputado João Caramez, que Dispõe sobre a supervisão, orientação, controle e fiscalização das atividades desenvolvidas por entidades e profissionais credenciados para a aplicação de exames de habilitação para condução de veículos automotores. Foi relator o Deputado Jorge Caruso com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 6 - Projeto de lei nº 114/2011, de autoria do Deputado Fernando Capez, que Dispõe sobre medidas de segurança no âmbito das instituições financeiras ou bancárias no Estado. Foi relator o Deputado Gil Arantes com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 288/2011, de autoria do Deputado Edmir Chedid, que Dá a denominação de “Centro de Ressocialização Enfermeiro Angelo Fernando Baratella” à Unidade Prisional de Bragança Paulista. Parecer nº 482, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação. Foi relator o Deputado Gil Arantes com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela ccjr. Deliberado conclusivamente nas comissões. Item 7 - Projeto de lei nº 321/2011, de autoria do Deputado Jooji Hato, que Dis-

põe sobre incentivo financeiro ao cidadão ou integrante da Guarda Civil Metropolitana, Polícia Civil, Polícia Militar ou Polícia Federal que entregar arma apreendida ou, no caso de civis, de sua propriedade, ao poder público. Foi relator o Deputado Jorge Caruso com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Fernando Capez. Item 18 - Projeto de lei nº 528/2011, de autoria da Deputada Célia Leão, que Institui o “Dia Estadual da Criança Desaparecida”. Parecer nº 509, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação. Foram relatores o Deputado João Caramez e o Deputado Fernando Capez com voto favorável ao projeto e contrário ao veto e com voto favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado. Deliberado conclusivamente nas comissões. Item 8 - Projeto de lei nº 942/2011, de autoria do Deputado André do Prado, que Dispõe sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinqueado no Estado. Foi relator o Deputado Fernando Capez com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 10 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 612/2010, de autoria do Deputado Antonio Salim Curiati, que Dá a denominação de “Escrivão Paulo Pereira Nobre” à Delegacia de Polícia do município de Álvaro de Carvalho. Foi relator o Deputado Pedro Tobias com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 11 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 255/2011, de autoria do Deputado Orlando Morando, que Dá a denominação de “Delegado Doutor Omar Cassim” ao 1º Distrito Policial de São Bernardo do Campo. Foi relator o Deputado Vinicius Camarinha com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 13 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 292/2011, de autoria do Deputado Roberto Massafera, que Dá a denominação de “Antonio de Abreu Sampaio” ao prédio da Delegacia da Polícia Civil em Gavião Peixoto. Foi relator o Deputado Jorge Caruso com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 14 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 452/2011, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Dá a denominação de “Wander José Maia” ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Rancharia. Foi relator o Deputado Fernando Capez com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 15 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 468/2011, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Dá a denominação de “Antenor Seabra” ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Presidente Bernardes. Foi relator o Deputado Pedro Tobias com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 16 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 518/2011, de autoria da Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary, que Dá a denominação de “Dr. Braz Giudice Netto” à Delegacia de Polícia de Joanópolis. Foi relator o Deputado Gil Arantes com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 17 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 521/2011, de autoria do Deputado Edson Ferrarini, que Institui o “Dia do Policial Militar Ambiental”. Foi relator o Deputado Antonio Salim Curiati com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Item 19 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 731/2011, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Dá a denominação de “Investigador Flaviano Preto da Silva” à Delegacia de Investigações Gerais de Adamantina. Foi relator o Deputado Pedro Tobias com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, conforme voto do relator favorável. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Eduardo Ricetti, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 21/03/2012.

a) Deputado Adilson Rossi - Presidente

a) Eduardo Ricetti - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e doze, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura, sob presidência do Deputado Adilson Rossi. Presentes os Senhores Deputados Pedro Tobias,

Sumário

Este caderno, com 16 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA.....	1	TRIBUNAL DE CONTAS	12
ATOS	8	DESPACHOS	12
COMISSÕES	8	ACÓRDÃOS	13
ATAS	8	SENTENÇAS	15
ATOS ADMINISTRATIVOS	10	EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO	16
		DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	16
		UNIDADES REGIONAIS.....	16
		ATOS ADMINISTRATIVOS	16

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente

Marcos Antonio Monteiro

Diretora Vice-Presidente

Maria Felisa Moreno Gallego

Diretor Financeiro

Henrique Shiguemi Nakagaki

Diretor Industrial

Ivail José de Andrade

Diretor de Gestão de Negócios

José Alexandre Pereira de Araújo

Jornalista Responsável

Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)

redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp

CNPJ 48.066.047/0001-84

I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP

CEP 03103-902

t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

sac@imprensaoficial.com.br

Filiais

• Capital

XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

• Interior

Poupatempo t 16-3019.6049 / 16 3019.6050